

## **ECONOMIA, TERRITÓRIO E TRABALHO: AS DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO CAPITALISMO<sup>1</sup>**

Alberto de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho mostra que a desigualdade é intrínseca ao funcionamento da economia e a heterogeneidade do mercado de trabalho. O estudo tem como objetivo refutar a análise difundida nos manuais de economia, nos quais o funcionamento do mercado de trabalho equilibra os interesses dos compradores e vendedores de força de trabalho. A desigualdade do mercado de trabalho é o resultado da dinâmica capitalista e esta desigualdade está presente em todas as suas dimensões: nos setores econômicos e no território.

**Palavras-chave:** crescimento econômico, território e mercado de trabalho.

### **ECONOMY, TERRITORY AND WORK: THE DIMENSIONS OF THE INEQUALITY IN THE CAPITALISM**

**ABSTRACT:** The paper show that the inequality is intrinsic to the economy and the heterogeneities of the work market. It has as objective to refute the analysis spread out in economy manuals, in which the functioning of the work market balances the interests of the purchasers and salesmen of work force. The inequality of the work market results of the capitalist dynamics and its different dimensions: the economic sectors and the territory.

**Keywords:** economic growth, territory, work market.

### **INTRODUÇÃO**

O propósito deste trabalho foi mostrar que a desigualdade, que é intrínseca ao funcionamento da economia, responde também pelo aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho, seja em termos inter ou intra-regionais. Trata-se de esforço de refutação da visão idílica presente nos manuais de economia (liberal) que defendem que o funcionamento do mercado de trabalho repousa sobre a harmonização de interesses entre compradores e vendedores de trabalho como força motriz da organização do trabalho.

Para realizar tal tarefa, entretanto, cumpre explicar os meios pelos quais a desigualdade da evolução da economia se estende ao comportamento do mercado de trabalho. Assim, tornou-se necessário a união de conceitos e modelos teóricos que fossem capazes de mostrar que o desenvolvimento econômico está lastreado na desigualdade dos movimentos do capital. Pois o crescimento econômico é marcado por avanços e retrocessos

---

<sup>1</sup> Este trabalho contou com o financiamento da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp – FUNDUNESP.

<sup>2</sup> Economista, doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ. Docente da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Ourinhos. E-mail: alberto@ourinhos.unesp.br

que refletem a miríade de combinações das atividades econômicas e não há motivos para crer que a dinâmica do mercado de trabalho apresentasse contornos diferentes.

O mosaico de situações presentes no mercado de trabalho manifesta-se na comparação entre os distintos espaços econômicos (cujas características e funcionalidade dependem de sua posição na divisão territorial do trabalho), bem como no interior de cada espaço. Esses movimentos dão origem a um amálgama de diferenciações intra e interespaciais que turva a compreensão dos pontos de convergência e de distensão entre as áreas que ocupam funções distintas na divisão do trabalho.

A desigualdade é a espinha dorsal através da qual se estrutura o funcionamento da economia. Por isso, a exposição foi organizada de forma a privilegiar as diferentes dimensões através das quais esse fenômeno pode ser observado. Após recuperar as origens do conceito de desenvolvimento desigual e combinado nos estudos de Lênin, Trotsky e do próprio Marx, buscou-se mostrar que essa noção manteve seu poder explicativo em outros períodos e espaços alcançados pelo capitalismo. Para o caso brasileiro foi investigado o período de consolidação da “Indústria Pesada”, no pós-guerra, quando a dinâmica de acumulação não é mais determinada pela economia primário-exportadora, mas, sim, pela expansão do mercado interno. Em contraposição a esta última fase, são analisadas as transformações econômicas das décadas de 1980 e 1990, quando os pressupostos da economia lastreada nos princípios de mercado (usualmente conhecida como neoliberal) retomam sua hegemonia.

O passo seguinte foi mostrar que a lógica que rege o descompasso setorial é reproduzida no domínio dos territórios, pois compartilham elementos da mesma natureza. Tal iniciativa procurou refutar a posição dos modelos hegemônicos quanto aos principais elementos que vinculam a organização do espaço frente à dinâmica do capital. Por fim, dos pressupostos teóricos estudados foram extraídos princípios gerais que pudessem ser vinculados ao funcionamento do mercado de trabalho, buscando, desta forma, demonstrar que o desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista se materializa e entrelaça o plano setorial, territorial e o do mercado de trabalho, posto que todos, em suas concretudes, são gerados na matriz do modo de produção capitalista.

## **DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

A economia não obedece a um comportamento linear e contínuo no qual os setores tidos como “modernos” vão paulatinamente tomando o lugar das atividades “tradicionais” levando ao crescimento econômico, à elevação da produtividade e à melhoria das condições de vida da população, tal como é estabelecido nas teorias de base “dualista”

que há muito foram questionadas pelo pensamento crítico latino-americano (OLIVEIRA, 1981; TAVARES & SERRA, 1971). O capitalismo, movido pela acumulação, incorpora populações e espaços de forma “desigual e combinada” num processo no qual as atividades com níveis elevados de produtividade e conteúdo tecnológico crescem ao lado das atividades econômicas periféricas (e dependentes).

A idéia do crescimento desigual remonta os trabalhos de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O autor mostrou, então, que o processo de formação do mercado interno não dependia do comércio exterior, contrariando as concepções propostas pelos teóricos “populistas”<sup>3</sup>, que defendiam a manutenção das estruturas agrárias daquele país. O populismo surge nos anos 1860, logo após a reforma de Alexandre II, que suprimiu a servidão sem alterar a estrutura fundiária nacional. Os adeptos dessa corrente repeliam o capitalismo ocidental e esperavam que o país pudesse evoluir diretamente do subdesenvolvimento para o socialismo agrário. Ou seja: eles estavam convencidos que as instituições camponesas precisavam ser preservadas para dar fundamento autenticamente russo ao sistema socialista ou comunitário da vida econômica, pois sua destruição apenas limitaria a expansão do mercado externo.

Os populistas asseveravam que o baixo nível de produção e o caráter primitivo e auto-suficiente da economia não permitiam o desenvolvimento do capitalismo na Rússia em razão da ausência de mercados internos capazes de absorver a produção industrial. Assim, a viabilidade do setor industrial – que deveria estar voltado para o mercado externo – dependia de políticas governamentais explícitas.

Lênin, por seu turno, defendia que a destruição da economia camponesa não comprometia o crescimento do mercado interno porque tal destruição era conseqüência da evolução do capitalismo. A industrialização tendia a acelerar e aprofundar os antagonismos já presentes na comunidade camponesa. Soma-se a isso o fato da dinâmica capitalista ser indiferente ao empobrecimento do campesinato, uma vez que o processo de acumulação deriva da expansão do setor bens de capital, como estabelecido por Marx.

O ponto de partida do trabalho de Lênin foi mostrar que economia mercantil está baseada na “divisão social do trabalho”. A separação entre a indústria de transformação e a extrativa cria atividades e subatividades que respondem pelo fornecimento de mercadorias particulares que são trocadas entre si. O progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho cria as condições necessárias para a formação do mercado interno e a conseqüente especialização da produção, que se dá não apenas entre as atividades manufatureiras, mas também no setor agrícola. O mercado se desenvolve como resultado da divisão do trabalho, pois cada “componente” ao desligar-se do processo produtivo que

lhe deu origem transforma-se em mercadoria, “levando-os a servir de mercado uns para os outros” (LÊNIN, 1988, p. 14).

A idéia que a fragmentação das atividades pela divisão do trabalho gera o mercado interno é a base da crítica de Lênin aos populistas que advogavam que a realização da mais-valia dependia da ampliação do mercado externo. Lênin assegurava que a destruição dos pequenos produtores não implicava na redução do mercado interno, mas, o contrário, na sua expansão (LÊNIN, 1988). O erro da teoria populista era vincular o crescimento econômico à expansão do consumo, daí a necessidade do mercado externo. Apoiando-se em Marx, Lênin mostra que a dinâmica capitalista depende da expansão dos meios de produção e não dos artigos para consumo.

O crescimento da economia lastreado na expansão dos meios de produção é uma contradição; todavia, é precisamente esta contradição que está no cerne da dinâmica capitalista, pois o desenvolvimento da força produtiva implica na exclusão de parte da população do usufruto da riqueza gerada. A conquista de mercados externos não é o resultado da necessidade de realização da mais-valia; não obstante, tal movimento é intrínseco ao capitalismo que incorpora e domina novos espaços para garantir o processo contínuo de acumulação, objetivo último do modo de produção capitalista.

Evidentemente, tal movimento não garante o crescimento sincronizado das diferentes atividades industriais. As atividades mais desenvolvidas, ou seja, aquelas que apresentarem taxa de acumulação mais elevada, tenderão a buscar novos espaços para a ampliação de seus negócios. Em suma: buscarão o mercado externo. No entanto, isso não significa que a existência do mercado externo seja condição necessária para a efetivação da realização; ela apenas mostra que no interior de um país existe uma “desproporção” no ritmo de crescimento das diferentes atividades.

Os diferentes ramos da indústria, que servem de mercado uns para os outros, não se desenvolvem uniformemente, mas se ultrapassam reciprocamente, e os ramos mais desenvolvidos procuram um mercado externo. Mas isso não significa, absolutamente, que é impossível para um país capitalista realizar a mais-valia, como se dispõe a concluir o populista com ar profundo. Expressa apenas a desproporção que existe no desenvolvimento dos diferentes ramos industriais (LÊNIN, 1988, p. 31).

Ainda que a divisão social do trabalho contribua para a ampliação do mercado externo através da fragmentação das atividades que estavam anteriormente incorporadas a um único processo produtivo, não há garantias que as atividades remanescentes dessa fragmentação apresentem taxas de expansão semelhantes, daí a idéia que o capitalismo não apenas cresce de forma “desigual”, mas, também, em “saltos”.

Aprofundando e ampliando a idéia do crescimento desigual, Trotsky mostrou que países atrasados como a Rússia tendiam a assimilar rapidamente as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Tal movimento, entretanto, não significava a reprodução de todas as etapas atravessadas pelos países líderes, pois a condição de economia atrasada garantia a “queima” das fases intermediárias (TROTSKY, 1967). A possibilidade de superação dos degraus intermediários não seria absoluta, na medida que o país atrasado tenderia a rebaixar as realizações que tomava de empréstimo das nações adiantadas, adaptando-as às suas próprias condições e levando à configuração de um processo de assimilação contraditório no qual os elementos da economia primitiva passavam a conviver com aqueles incorporados das nações líderes.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do “processus” histórico, evidência-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de “lei do desenvolvimento combinado”, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1967, p. 25).

A idéia que o capitalismo se move de maneira “desigual e combinada” foi incorporada por Maria da Conceição Tavares e José Serra em estudo<sup>4</sup> que buscou explicar os motivos que contestavam o pressuposto de que estaria havendo, nos anos 1960, um esgotamento da dinâmica econômica no Brasil em razão da implementação da estratégia de “substituição de importações”<sup>5</sup>.

Para os autores, o crescimento da marginalização, da concentração espacial e a manutenção de atividades econômicas com baixo nível de produtividade são fenômenos que não podiam ser associados a problemas de insuficiência dinâmica do conjunto das atividades econômicas. Pelo menos para parte dos países latino-americanos, tratava-se apenas de uma transição para um novo padrão de desenvolvimento capitalista no qual uma fração da população é excluída dos benefícios do crescimento da economia. Marginalidade, desocupação estrutural e subconsumo não constituiriam em si mesmos sinais de insuficiência econômica, ao contrário do que ocorre quando se observam situações de declínio da taxa de lucros corrente e ausência de oportunidades de investimento (TAVARES & SERRA, 1971).

El proceso capitalista del Brasil, particularmente, si bien se desarrolla de un modo crecientemente desigual, incorporando y excluyendo sectores de la población y estratos económicos, de manera que profundiza una serie de diferencias relacionadas con consumo y productividad, también ha logrado establecer un esquema que le permite autogenerar fuentes internas de

estímulo y expansión, las que le confieren dinamismo (TAVARES & SERRA, 1971, p. 907).

Para explicar o processo de desenvolvimento latino-americano, Tavares e Serra partiram da crítica a Celso Furtado<sup>6</sup> que defendia que a industrialização foi incapaz de alterar os padrões de concentração de renda vigentes no período primário-exportador e que isso implicou no crescimento de setores voltados para a demanda de alta renda. Essa dinâmica teria restringido as oportunidades de investimento em substituição de importações que passaram a focalizar os segmentos de bens de capital e de consumo durável que, em geral, apresentam coeficiente de capital por trabalhador mais elevado em comparação às atividades com menor conteúdo tecnológico.

Na visão de Furtado, a elevação do coeficiente capital-trabalho contribuiu para a concentração da renda que, de um lado, reforçou o investimento em direção aos setores capital-intensivos e, de outro, reduziu a demanda dos setores não-intensivos em capital. Tal movimento criou um círculo vicioso cujo resultado foi o estreitamento das oportunidades de investimento. Além disso, a concentração de investimentos nos setores capital-intensivos também contribuiu para a redução da relação produto-capital do conjunto da economia, pois, do contrário, não seria possível explicar a atração de investimentos em direção aos setores com baixa rentabilidade sobre o capital.

Tavares e Serra entenderam ser irreal o pressuposto de nivelamento das taxas lucros do trabalho de Furtado, sobretudo num contexto de mercado acentuadamente “imperfeito”. Ao contrário, a lucratividade nesses setores tende a ser maior, pois os ganhos de produtividade são transferidos para os lucros, seja pelo crescimento da taxa de exploração, seja pelo aumento dos preços em razão de sua posição dominante no mercado. Além disso, os autores acreditavam que o aumento do coeficiente capital-trabalho num setor de atividade é simultâneo à incorporação (ou difusão) do progresso técnico, mesmo que restrita aos setores capital-intensivos.

O aumento da produtividade decorrente da incorporação de equipamentos com maior conteúdo tecnológico diminui o volume de insumos por unidade de produto, tendo como exemplo clássico a força de trabalho. Tal movimento pode contrabalançar os efeitos negativos da acumulação de capital sobre a relação produto-capital. Assim, caso haja declínio da relação produto-capital, é possível que a taxa de mais-valia aumente o suficiente para garantir o crescimento do excedente sobre o investimento total.

En resumen, o la relación producto-capital no declina pese al aumento del coeficiente capital-trabajo o, si lo hace, sus efectos negativos sobre o excedente invertible pueden ser contrarrestados por un aumento adecuado del excedente sustraído a la fuerza de trabajo (TAVARES & SERRA, 1971, p. 914).

Os autores entendem que a análise de Furtado é prejudicada quando o autor considera a possibilidade de nivelamento das taxas de lucro e de salários, quando separa a intensificação do capital do processo de incorporação tecnológica, e quando não leva em conta os efeitos gerados pela produtividade dos investimentos e pelas economias externas. Com isso, Furtado “parece haber adoptado la ‘camisa de fuerza’ de un modelo neoclásico de equilibrio general, tan elegante quanto ineficaz para explicar la dinámica de una economía capitalista” (TAVARES & SERRA, 1971, p. 916).

Com bases nessas conclusões, Tavares e Serra voltam-se à análise do caso brasileiro procurando mostrar que embora o produto global possa apresentar taxas reduzidas de crescimento, tal dinâmica denota “avanços e retrocessos” no interior da economia que expressam a marcha diferenciada dos setores econômicos e o surgimento de novas atividades. Ao contrário de uma situação de estancamento, essa dinâmica evidenciaria uma transição para uma nova forma do desenvolvimento capitalista no país a partir de novos esquemas produtivos e da concentração do poder e da renda adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional.

Os autores ressaltam que os padrões de inversão e de crescimento das economias dependem do tipo de relação objetiva que se estabelece entre os capitais nacionais e os estrangeiros, bem como do comportamento do governo em relação à tomada de decisão. Esses elementos determinarão a capacidade de arrasto dos setores dinâmicos sobre o conjunto da economia, expressos na capacidade de difusão tecnológica e na forma como se estabelecem os vínculos de complementação interna e externa.

No Brasil, o auge da fase da política de substituição de importações teria sido marcado pela solidariedade orgânica entre Estado e capital estrangeiro, dado que ambos participaram de forma predominante no investimento e na produção dos setores dinâmicos. Tavares e Serra, por exemplo, entendiam que a ausência de compromissos com a burguesia nacional permitiu ao Estado implantar as reformas que viabilizaram a aceleração do processo de modernização e o estabelecimento de uma nova divisão do trabalho no país.

A conjunção de interesses entre o Estado e o Capital internacional não significou, entretanto, a generalização do processo difusão e de incorporação do progresso técnico para o conjunto das atividades econômicas, em vista das características presentes no funcionamento do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Em verdade, tal generalização só seria possível caso uma proporção do excedente gerado nos setores dinâmicos fosse deslocada para os demais segmentos da economia de forma a reduzir os diferenciais de produtividade. No entanto, foi precisamente a polarização da circulação do excedente que sustentou as elevadas taxas de lucro dos setores dinâmicos no Brasil:

[...] es posible concluir que efectivamente la modernización tecnológica y la intensificación del capital tienden a procesarse, en cada etapa de expansión, de modo restringido a algunas áreas y subsectores, con lo cual al mismo tiempo que se amplían los estratos modernos, se profundiza necesariamente la heterogeneidad estructural (TAVARES & SERRA, 1971, p. 930).

O crescimento da heterogeneidade da economia não implicou no surgimento de estruturas econômicas com dinâmicas independentes, como estabelecem os modelos “dualistas”. Ao contrário, posto que esse processo gerou estruturas sobrepostas e transversais com planos econômicos e sociais dotados de diferentes sincronias, porém, integrados. Assim, embora se aprofunde a heterogeneidade do sistema, mantém-se um movimento contínuo de trocas entre os diferentes setores econômicos que acompanha os processos de expansão e de modernização.

O descompasso entre o crescimento do produto e o nível de absorção da mão-de-obra, como também das condições de trabalho não decorreu da modernização da estrutura produtiva em razão do aumento da participação dos setores capital-intensivos na economia, como assegurava Furtado, mas sim da forma restringida da circulação dos excedentes gerados nos setores dinâmicos.

Quando se habla de la naturaleza concentrada de la incorporación del progreso técnico y de la apropiación de sus frutos, o de la circulación del excedente predominante en el interior del sector moderno – sector que se expande espasmódicamente y dando lugar a un proceso concentrado de acumulación de capital y del ingreso – se está pensando precisamente en la forma con es utilizado el excedente generado por la fuerza de trabajo y sus consecuencias sobre el perfil da evolución económica (TAVARES & SERRA, 1971, p. 936).

Se o setor dinâmico se expande verticalmente, ou seja, através de um movimento que não incorpora o conjunto das atividades econômicas, a restrição no ritmo de absorção de mão-de-obra tende a intensificar a heterogeneidade do mercado de trabalho. Mesmo se o processo de modernização for generalizado, incorporando um número ampliado de atividades, esse movimento tenderá a acelerar o processo de expulsão da mão-de-obra ocupada nos setores econômicos em transformação o que, por sua vez, torna a ampliar o contingente de desocupados. Em ambos os casos o resultado será a concentração da força de trabalho em setores (ou espaços geográficos) colhidos pela modernização em contraposição aqueles não incorporados nesse processo.

A despeito da importância desses aportes teóricos, cumpre verificar a sustentação da noção de desenvolvimento capitalista desigual e combinado no contexto das transformações na economia mundial ocorridas, principalmente, a partir dos anos 1970 e, no Brasil, particularmente na década de 1990. Em outras palavras, trata-se de pensar os efeitos

oriundos da desregulamentação do mercado financeiro internacional sobre a dinâmica econômica em seus múltiplos aspectos: setorial, espacial e, evidentemente, sobre o mercado de trabalho.

Segundo Araújo (2000), as mudanças na política macroeconômica estão associadas aos processos de “globalização”, de “financeirização” da riqueza e à “crise do regime de acumulação do fordismo”. O primeiro reflete a intensificação dos fluxos de comércio internacional e a atuação dos grandes conglomerados econômicos<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, a crise do modelo fordista tornou transparente a incapacidade dos agentes econômicos em manter e reproduzir o ritmo de geração de riqueza na esfera produtiva do capitalismo mundial. E, por fim, a reestruturação produtiva surgiu como resposta a essas restrições, tendo sido viabilizada pelo progresso técnico.

Desse quadro crônico de instabilidade, a “financeirização da riqueza” emergiu como produto da busca dos agentes econômicos por mecanismos de ampliação patrimonial via mercados financeiro e de capitais. Para a autora, a estratégia norte-americana para assegurar a sustentabilidade de sua moeda como padrão internacional foi um dos elementos (talvez o mais importante) que levaram a esse processo de “exacerbação do rentismo”.

Os elementos que possibilitaram o controle norte-americano sobre as finanças internacionais foram explicitados por Conceição Tavares (1998). Segundo a autora, a valorização do dólar através da elevação das taxas de juros dos títulos da dívida americana, nos anos 1980, elevou o fluxo de capitais na direção daquele país e, em contrapartida, forçou a reestruturação das demais economias com efeitos danosos, principalmente sobre aquelas fortemente dependentes do capital estrangeiro, como é o caso do Brasil. Essa política deliberada, ao lado da expansão dos investimentos nos setores com alto conteúdo tecnológico, permitiu aos Estados Unidos retomar seu poder de controle sobre a economia mundial:

Todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que sejam seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores, etc. – estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal. O resultado desse movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana (TAVARES, 1998, p. 36).

A fragilidade imposta às contas externas dos países periféricos abriu caminho para a imposição, pelo FMI, de novos instrumentos de transferência de renda para o centro dinâmico. Tal política forçou a elevação das taxas de juros em praticamente todo o planeta na tentativa de minimizar a debandada de recursos em direção aos títulos americanos;

entretanto, essa medida acabaria por inviabilizar a manutenção dos investimentos, especialmente aqueles voltados para expansão da estrutura produtiva.

Os esforços dos países periféricos foram, então, deslocados para geração de superávits comerciais na tentativa de minimizar o rombo criado na conta de capitais decorrente da elevação das remessas de juros. Tal iniciativa implicou no incentivo dos setores geradores de moeda estrangeira que, no Brasil, materializaram-se na forma de benefícios fiscais e financeiros as atividades produtoras de *commodities* minerais e agrícolas. Do ponto de vista espacial, essas ações levaram ao crescimento da acumulação capitalista em áreas específicas do interior do país, intensificando o processo de fragmentação territorial que já se delineava desde a década anterior (CANO, 1998; PACHECO, 1988) e que será discutido mais à frente.

Nos anos 1990, a explosão das contas públicas e do déficit no balanço de pagamentos norte-americano viria a impor novo ajuste sobre a periferia. O discurso do “Consenso de Washington” e a necessidade de criação de novos espaços de valorização para a massa de recursos financeiros que circulavam nas principais praças da Europa e dos Estados Unidos levariam os países a embarcar na aventura da redução das barreiras financeiras, cujo resultado foi a geração de crises financeiras que atingiram boa parte das economias mundiais.

No Brasil, esse ajuste levou ao aprofundamento das políticas recessivas e de drenagem de recursos da esfera produtiva para a financeira, exacerbando a desigualdade espacial, intensificando a distensão do pacto federativo (consubstanciada no acirramento da guerra fiscal) e reduzindo a disponibilidade de recursos para as políticas sociais que já haviam sido prejudicadas com a restrição de gastos públicos na década de 1980.

Apoiado nos estudos de Tavares (1998; 1999), Natal (2001) lembra que a influência exercida pelo ambiente externo sobre os desdobramentos da política macroeconômica nacional ocupa posição privilegiada dentre os fatores que explicam a ruptura periódica do processo de acumulação no Brasil, bem como os caminhos que têm sido escolhidos para buscar a inserção do país na economia mundial.

O autor chama a atenção para o fato de que a formação social brasileira, consubstanciada na tríplice aliança composta pelas “elites cosmopolitas” (vinculadas ao capitalismo internacional), as elites fundiárias (que buscam a apropriação privada do território) e as elites “oligárquico-regionais” (que disputam os fundos públicos em troca de pactos de compromisso), atuou como elemento fundamental na soldagem dos interesses dos agentes internos com os dos externos:

Resulta daí o caráter autoritário, patrimonial e rentista da burguesia nacional: autoritário, por que apenas ele pode explicar tanta e longa desigualdade social; patrimonial, por que apenas ele pode explicar tanta e longa apropriação de recursos públicos, como a terra, por exemplo, por parte de segmentos privados (e, portanto, as expressões territoriais das mencionadas desigualdades sociais); e rentista, por que apenas ele pode explicar tanta e longa apropriação de recursos fiscais e financeiros para o setor privado (NATAL, 2001, p. 18).

A reestruturação produtiva, levada a cabo principalmente na década de 1990, foi movida pelas pressões exercidas pelo novo contexto macroeconômico cujos contornos foram definidos pela abertura econômica e pela desregulamentação financeira. Para Salama (1999), na ausência de uma política industrial explícita, o diferencial de rentabilidade entre o setor produtivo e o financeiro funcionou como um poderoso atrativo dos recursos disponíveis para ambos os setores em favor do último. No entanto, tal movimento não se fez exclusivamente a partir de uma análise simplificada de diferenciais de rentabilidade, pois os empresários não podem transferir a totalidade de seus lucros para o setor financeiro, salvo se aceitam abandonar sua atividade principal.

A atração exercida pela rentabilidade do setor financeiro não implicou na redução das taxas de lucro para o conjunto da atividade produtiva. A abertura econômica e a sobrevalorização do câmbio possibilitaram a modernização de parte do parque produtivo dos países periféricos, sobretudo a partir de capitais estrangeiros. Além disso, a evolução dos salários abaixo da produtividade do trabalho permitiu não apenas a sustentação da lucratividade das atividades ajustadas às novas condições da concorrência, mas, também, assegurou lucros mínimos para aquelas nas quais o nível de investimentos foi insuficiente (SALAMA, 1999). Evidentemente, tal movimento não foi generalizado, pois é sabido que o processo de reestruturação implicou na eliminação das empresas não adaptadas aos novos padrões da concorrência.

Se até meados dos anos 1970, o crescimento desigual do setor produtivo estava alicerçado na difusão tecnológica seletiva, a partir dos anos 1980, com a redução dos investimentos dos setores público e privado, o acesso ao conhecimento – base do processo de modernização – tornou-se ainda mais restrito. A baixa disponibilidade de crédito (fruto do processo de financeirização), o estreitamento do mercado interno (derivado do reduzido crescimento econômico) e a desnacionalização da estrutura produtiva nacional (motivada pela abertura econômica e pelas privatizações) reiterou a seletividade das atividades produtivas capazes de gerar taxas de lucratividade atraentes em comparação àquelas oferecidas pelo mercado financeiro, pois “a financeirização das empresas introduz uma pressão suplementar sobre o processo de valorização. A acumulação no setor produtivo se torna limitada para gerar suficiente mais-valia, se todas as outras condições se mantiverem iguais” (SALAMA, 1999, p. 104).

No Brasil, além do mercado financeiro, somente as empresas dotadas de sólidas bases de capitalização, as que se juntaram ao capital externo e as geradoras de superávits comerciais foram beneficiadas pelas políticas macroeconômicas implementadas, principalmente a partir dos anos 1990. Tal movimento alterou a dinâmica de expansão da estrutura produtiva prevalecente e comprometeu o processo de integração da economia nacional, aprofundando as especializações regionais formadas durante o movimento de desconcentração industrial dos anos 1970.

Assim, o caráter desigual e combinado da dinâmica economia é reafirmado no âmbito das novas condições impostas pela política macroeconômica de inspiração liberal e seus efeitos foram refletidos no espaço brasileiro, daí ser imperativo entender o papel exercido pelo território no modo de produção capitalista.

## **DESIGUALDADE E TERRITÓRIO**

O “capital necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte” (MARX & ENGELS, 1982, p. 97). Esta “lei fundamental” torna evidente o caráter expansionista e incorporador do modo de produção capitalista, pois a busca da valorização dilui as fronteiras e homogeneíza as relações a partir da destruição das formas de organização que bloqueiam o avanço do capital, ao mesmo tempo em que novas relações são criadas para viabilizar o modo de produção dominante.

Tal movimento não está presente na harmonia dos modelos liberais. Os teóricos “dualistas”, que vêem na suplantação das atividades “atrasadas pelas modernas o processo natural” de modernização econômica através do aumento da produtividade, proporcionando às populações residentes nos espaços arcaicos a oportunidade de usufruir os benefícios oriundos da disponibilidade de bens e serviços com o máximo aproveitamento custo/benefício, não consideram a complexidade e os paradoxos inerentes à dinâmica de expansão do capital.

O capital não evolui através de uma sucessão de fases nas quais as atividades arcaicas são substituídas pelas modernas num movimento de equalização dos níveis de produtividade (ROSTOW, 1971), nem, tampouco, tal movimento assegura a disseminação da tecnologia derivada da pressão competitiva das firmas modernas (e das atividades de ponta) sobre os espaços protegidos e ineficientes (OHMAE, 2001). Movido pela lógica da valorização, o capital destrói, cria e recria espaços numa dinâmica marcada por avanços e retrocessos que refletem o ambiente competitivo e contraditório que é próprio da natureza do sistema. O resultado desse processo é a “combinação” de relações produção e de

espaços cujo único elemento em comum (além de partilharem da órbita do capital) é a subordinação perante o centro dominante.

A força e a forma como o capital se apropria das áreas dominadas foi descrita em detalhes por Marx em sua análise dos efeitos da expansão inglesa na Índia. Nesse trabalho, o autor mostra que a produção (artesanal) indiana de tecidos estava assentada numa estrutura político-administrativa que dotava as aldeias indianas de elevada autonomia. Tal organização permitiu que o país (e a sua estrutura de produção) pudesse sobreviver à dominação dos diferentes povos que invadiram a Índia antes dos ingleses.

Por mais importantes que tivessem sido as mudanças políticas experimentadas pela Índia, no passado, as suas condições sociais permaneceram intactas desde os tempos mais remotos até o primeiro decênio no século XIX. O tear manual e a roca de fiar, origem de um exército incontável de tecelões e fiandeiros, eram os eixos centrais da estrutura social da Índia (MARX, 1853).

Esses pequenos organismos sociais foram destruídos não apenas pela força militar e de arrecadação dos ingleses, mas, principalmente, pela constituição da Companhia Inglesa das Índias Orientais que monopolizou o comércio indiano. Ao dismantelar a indústria doméstica dessas comunidades, os ingleses dissolveram as organizações sociais que sustentavam o equilíbrio daquela sociedade. Para Marx, essa foi a primeira e real revolução social assistida naquele país até então. Longe de representar uma atitude consciente de alteração da estrutura social (marcada por profundas injustiças, na visão do autor), tais transformações foram o resultado dos impulsos mesquinhos presentes na própria essência do capital.

Entretanto, as relações de conflito presentes no sistema capitalista não estão circunscritas ao embate entre as atividades norteadas pela lógica do capital e os arranjos não-capitalistas. Diferentes frações do capital travam uma luta permanente pela valorização de ativos e pela manutenção do processo de acumulação. Dentre os teóricos que trataram do assunto<sup>8</sup>, vale mencionar os estudos desenvolvidos por David Harvey.

Harvey (1990) mostra que o processo de acumulação requer a contínua inovação dos processos produtivos de forma a reduzir a taxa de salário e o tempo de realização do capital. Os capitalistas individualmente são compelidos pela acumulação a buscar novos processos tecnológicos e, com isso, alcançar lucros extraordinários. No entanto, tal movimento implica no crescimento assimétrico da economia, comprometendo o processo de acumulação e desestabilizando o sistema como um todo.

A razão para isto está na diferenciação (ou desigualdade) do “tempo de realização” das atividades produtoras de bens e serviços que geram, desta forma, uma

multiplicidade de taxas lucro de acordo com o produto e com o conjunto das técnicas empregadas. A busca pelo barateamento dos componentes do capital está relacionada com a origem e a reprodução dos desequilíbrios espaciais, pois é imperativo para o capital mover-se em direção às áreas que permitam a máxima exploração do capital e do trabalho. Em suma: diferentes mercadorias são produzidas em espaços diversos; contudo, todas elas necessitam do mercado para que a realização da mais-valia seja efetivada, daí a necessidade do intercâmbio e da integração espacial.

Esse movimento gera contradições no desenvolvimento capitalista, pois os produtores vêem-se obrigados à criação permanente de novos mercados ao mesmo tempo em que buscam beneficiar-se da concentração geográfica dos capitais constante e variável. No curto prazo, a procura por condições ótimas de reprodução da acumulação produz configurações espaciais voltadas para suas necessidades. O sobrelucro, viabilizado pela utilização de espaços privilegiados (localização) e pelos avanços tecnológicos, coloca a possibilidade de desvalorização de alguns espaços em detrimento a outros. A competição surge, então, da necessidade dos capitalistas “passarem adiante” o ônus dessas desvalorizações. O autor enfatiza que a competição tenderá a reduzir os níveis de lucratividade e, em consequência, o ritmo de acumulação em razão do aumento da “composição orgânica do capital”<sup>9</sup> e da incapacidade de “realização”<sup>10</sup> do ciclo de valorização do capital.

Harvey pondera, entretanto, sobre a existência de mecanismos capazes de minimizar ou mesmo superar o impasse colocado pelo declínio do ritmo de acumulação capitalista: *i)* a esterilização de parte do estoque de capital através de desvalorizações periódicas; *ii)* a articulação de políticas macroeconômicas que coordenem o ritmo de acumulação e os setores afetados<sup>11</sup> e, *iii)* “a absorção da superacumulação através do deslocamento temporal e espacial”. Essa absorção ocorreria através da criação de oportunidades de valorização da riqueza por meio do desvio de capitais das necessidades atuais para exploração de usos futuros e em novos espaços de acumulação. A solução para isso vem das inovações tecnológicas que buscam reduzir custos e encurtar o tempo rotação do capital, daí a idéia da “aniquilação do espaço pelo tempo”.

A extensão e a qualidade das estruturas de transporte são essenciais para a viabilidade da integração espacial, pois contribuem para a determinação do valor da força de trabalho e da composição do valor da capital. Para Harvey, a conexão entre o sistema de transporte e o valor da força de trabalho é decisiva nas decisões de investimento. A localização das unidades produtivas depende do transporte confiável, eficiente e de baixo custo para a redução dos custos de circulação. As locações bem servidas com infraestrutura favorecerão a apropriação de mais-valia pelos capitalistas ali instalados.

Entretanto, os investimentos em transportes (capital fixo) têm caráter locacional específico e tendem a desvalorizar aportes realizados em outros espaços.

Aí reside o caráter contraditório da expansão do capital no espaço. A despeito da necessidade de mover mercadorias, a promoção da integração espacial pode exigir a desvalorização do capital investido em infra-estrutura de transportes (que são onerosas e imóveis) em outras localidades. Por isso, a instalação de infra-estrutura cria obstáculos para a mobilidade do capital em direção aos espaços com melhores condições de acumulação. Para superar isso, investimentos adicionais em tecnologia são realizados gerando, conseqüentemente, nova e mais elevada imobilização de capital. Assim, as desvalorizações e as desestruturações se tornam onerosas, posto que o valor imobilizado em infra-estrutura e o espaço que ela ajudou a criar tendem a bloquear o objetivo de superação das barreiras espaciais que obstruem a manutenção do processo de acumulação.

[...] aquí encontramos una versión aún más profunda de esa contradicción que acosa a la circulación del capital fijo. El capitalismo confía cada vez más en capital fijo (incluyendo el que está incrustado en un paisaje específico de producción) para revolucionar el valor de productividad del trabajo, y lo único que encuentra es que su calidad de fijo (la distribución geográfica específica) se convierte en la barrera que hay de superar. La tensión entre la inestabilidad generada por el capital recién formado y el estancamiento relacionado con las inversiones pasadas, siempre está presente dentro de la geografía de la producción capitalista (HARVEY, 1990, p. 397).

O autor tratou também da mobilidade da força de trabalho. Ele ponderava que o trabalho (concebido como objeto dominado do capital) é um aspecto da própria dinâmica capitalista. Portanto, as leis que governam o movimento do capital variável (trabalho) estão incrustadas naquelas que regulam o comportamento (espacial) da acumulação do capital em geral. Em busca do emprego e das condições de sobrevivência, o trabalho se move de acordo com as necessidades do capital. Os salários diferenciais proporcionam os meios de coordenar os movimentos dos trabalhadores tendo em vista as demandas do capital. “La versatilidad y movilidad geográfica de la fuerza de trabajo, así como la ‘indiferencia’ de los trabajadores al contenido de su trabajo son esenciales para la ‘fluidez del capital’” (HARVEY, 1990, p. 384).

Se o capital físico e o trabalho requerem circulação desimpedida e no menor tempo possível para viabilizar o processo de acumulação, o mesmo deve ocorrer com os valores monetários<sup>12</sup>. Quanto mais livre for a circulação do dinheiro, melhores serão as relações de intercâmbio. A despeito da relativa facilidade de circulação da mercadoria-dinheiro, esta também está sujeita a barreiras e contradições, daí o papel estratégico desempenhado pelo Estado como formulador das instituições que garantirão tal mobilidade. Mesmo assim, tais circunstâncias não impedem que nos momentos de crise a instabilidade

do valor relativo entre as diferentes moedas nacionais sirva de obstáculo para a mobilidade da mercadoria-dinheiro. Tal situação traz conseqüências diretas não apenas sobre a circulação da riqueza na forma de dinheiro, mas, também, sobre as demais faces da produção e da realização no interior do sistema capitalista.

Ao lado da mobilidade de capital-físico (infra-estrutura), do trabalho e do dinheiro concorrem outros elementos que podem levar à rigidez do capital num espaço específico. Para Harvey, trata-se da cristalização de “infra-estruturas sociais” e de “instituições” que asseguram o processo produtivo, além de desempenhar outras funções como a regulação de contratos, a circulação de crédito e de dinheiro, as condições de trabalho, etc. Esse conjunto de elementos foi denominado pelo autor como “complexo de recursos humanos”, sendo formado pelo ambiente geográfico-humano (que é produzido pelo capital) para garantir o processo de acumulação:

A producción y mantenimiento de los ambientes construidos, a menudo cristaliza en un sistema sumamente especializado que enlaza agentes económicos que realizan cada papel separadamente o en combinaciones limitadas (HARVEY, 1990, p. 399).

Harvey defende que a circulação de capital tem como resultado a transformação, a criação, a sustentação ou recriação de infra-estruturas sociais em lugares específicos em detrimento de outros, daí o caráter contraditório do processo. No entanto, a circulação de valores através das infra-estruturas sociais é apenas um momento da dinâmica de acumulação. O capital despendido para a formação dessas infra-estruturas não é perdido, mas volta-se na forma de ampliação do mercado para seus produtos no barateamento dos processos produtivos ou ainda na configuração de ambientes favoráveis para a ampliação das taxas de mais-valia.

Tal movimento explica os motivos da diferenciação entre os espaços. O capital produz e reproduz uma série de mediações que se materializam nos ambientes físicos e sociais. Assim, a “geografia social” não é apenas um reflexo das necessidades do capital, pois seu interior reúne contradições poderosas e potencialmente desestabilizadoras. Por isso, a reestruturação periódica da geografia das infra-estruturas sociais ocorre usualmente em períodos de crise do sistema capitalista.

A mobilidade de capital de uma fração dos capitalistas pode constituir ameaça para outra, sobretudo em contexto de crise. Quando o processo de desvalorização é colocado em marcha, os capitalistas de segmentos específicos buscarão transferir o ônus da desvalorização para outrem. E aí, novamente, o Estado ocupa papel fundamental para a manutenção do sistema, na medida que a ele será atribuído o papel de mediador das tensões do aparato social.

Em suma, as idéias de unidade e de contradição estão presentes na produção e na realização do capital e se constituem no centro da análise marxista da crise. O trabalho de Harvey buscou mostrar os mecanismos de criação e de superação das barreiras que restringem a mobilidade do capital em diferentes aspectos (infra-estrutura, trabalho, moeda, etc.) e, a partir disso, explicar como se processa o conflito intercapitalista, para concluir que as forças que levam à crise são as mesmas que criam a materialidade exigida para sua superação.

A despeito dos avanços que os trabalhos de Harvey trouxeram ao entendimento das relações entre capital e espaço, outros teóricos buscaram mostrar que a dimensão espacial ocuparia posição ainda mais importante na dinâmica do sistema capitalista. Entre estes, destacam-se os trabalhos produzidos por Henri Lefebvre. Sua teoria está apoiada na idéia que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais de posse da propriedade, posto que encerra no seu interior múltiplas propriedades num plano estrutural. Para Lefebvre, o *design* espacial deve ser considerado como força produtiva, ao lado do capital e do trabalho.

O autor defende que o espaço pode atuar como agente controlador das contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos grupos dominantes. Em certa medida, os capitalistas utilizaram o espaço como instrumento de manutenção do processo de acumulação e das relações capital/trabalho. Diante de um posicionamento revolucionário, o controle sobre as relações e o *design* espacial teria importância igualmente estratégica que o domínio dos meios de produção, “porque tanto as relações de posse quanto as de exteriorização material – isto é, a produção do espaço – estão unidas nas relações de propriedade que formam a essência do modo capitalista de produção” (GOTTDIENER, 1985, p. 129).

O espaço não é apenas um dos elementos constitutivos das forças de produção, mas produto dessas mesmas relações. O “design espacial” pode ser entendido também como “objeto” a ser consumido. As relações sócio-espaciais estariam impregnadas em meio as relações de produção capitalista a partir de um movimento no qual os papéis de produtor e de produto fundem-se e extrapolam os limites do embate entre as classes ou os territórios. O Estado ocuparia posição estratégica como instrumento do capital ao utilizar suas prerrogativas para assegurar o controle dos lugares, suas hierarquias e a capacidade de segregação em prol dos interesses da acumulação. Tal poder seria garantido pelos instrumentos de fiscalização, controle e repressão à disposição do governo.

Lefebvre admitia a existência de uma contradição fundamental do espaço capitalista derivada do contraponto entre a fragmentação das relações sociais da

propriedade privada e a capacidade científica e técnica de tratar o espaço como abstração. O Estado e a economia teriam transformado o espaço numa abstração, ainda que fragmentada. Contudo, em resposta a essa fragmentação fictícia do espaço reafirmam-se as singularidades do espaço personalizado e surgem conceitos orgânicos de integração espacial, como o espaço social, o residencial, etc. Essa explosão de distinções espaciais “coladas” a grupos de interesses está no cerne dos conflitos sócio-espaciais e é resultado das diferenças concretas entre pessoas que, por sua vez, refletem o poder de dominação dos espaços abstratos. Assim, esses antagonismos espaciais atravessariam as linhas de classe porque não resultam apenas das relações de produção.

A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária (LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER, 1985, p. 131).

A hegemonia da classe capitalista seria mantida graças ao controle do espaço e de sua capacidade de segregação, cuja viabilidade depende da ação reguladora (e repressora) do Estado. Para Lefebvre, o conflito interclasses se estabelece através do antagonismo entre a produção de um espaço social de usos e a expropriação baseada num espaço abstrato.

Mesmo levando em conta as diferenças existentes entre as interpretações de Harvey e as de Lefebvre, é fácil perceber a complexidade das mediações presentes em seus trabalhos na tentativa de relacionar a dinâmica do modo de produção capitalista à configuração do espaço. Transpassados pela matriz marxista, esses estudos mostram uma trajetória marcada por contradições, avanços e retrocessos que são inerentes à dinâmica capitalista, definitivamente em oposição à harmonia prevalente nos modelos conservadores de cunho liberal.

Os teóricos ligados ao liberalismo econômico produziram também importantes trabalhos tratando do papel do espaço sobre a dinâmica econômica. Os estudos pioneiros de Weber, Losch, von Thünen e Christaller compartilhavam o entendimento do espaço como “palco dos acontecimentos econômicos”. Esses trabalhos relacionavam-se direta ou indiretamente à noção de equilíbrio, característica que fundamenta a economia de base neoclássica. As versões modernas dos modelos econômico-espaciais dos teóricos liberais voltaram sua atenção para as cidades e para as regiões como espaços privilegiados de expansão da atividade econômica no contexto da “nova dinâmica da economia mundial”.

O interesse em torno de arranjos espaciais localizados ganha força principalmente a partir dos anos 1980, com os trabalhos pioneiros produzidos por Arnaldo

Bagnasco, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco sobre a “Terceira Itália”. Tais estudos destacaram as características sociais e a formação de cooperativas, qualidades que dotavam algumas regiões italianas dos pré-requisitos necessários ao seu engajamento no mercado mundial, remetendo a discussão ao conceito de “distrito industrial marshalliano”<sup>13</sup> (BENKO, 1996).

As vantagens dos distritos não estavam restritas ao melhor aproveitamento da infra-estrutura disponível e dos ganhos de escala dos participantes. Há também um intenso processo de troca de informações entre produtores e fornecedores que é facilitado pela proximidade física, o que, naturalmente, associa este comportamento ao próprio processo de inovação. Para Benko, os trabalhos de Michel Piore e os de Charles Sabel, ainda no início da década de 1980, interpretaram o sucesso dos distritos industriais como um caso particular dentro de uma tendência mais geral na qual a rigidez da organização fordista seria substituída pela “especialização flexível”. Paralelamente, nos EUA, a partir das experiências observada no Vale do Silício e no *Orange Country*, os trabalhos dos geógrafos Allen Scott, Michel Storper e Richard Walker apontariam para conclusões semelhantes.

Nos anos 1990, a corrente localista ganhou impulso com o estreitamento das relações entre os países, sobretudo a partir da intensificação dos fluxos financeiros. Esse contexto abriu caminho para a disseminação da idéia que a escala nacional era insuficiente para responder aos requisitos exigidos pela “nova economia”. Dentre os autores que defendem o regional e o local como escalas privilegiadas para o crescimento econômico, os trabalhos de Ohmae (2001) destacaram-se, menos pelo rigor da construção teórica e mais pela popularidade alcançada e pela radicalização de suas idéias.

Para Ohmae, o desenvolvimento econômico depende do engajamento das regiões na economia global. Tal dinâmica reflete os avanços tecnológicos, particularmente daqueles associados à expansão do conhecimento na área da informação, posto que eles permitirão o fluxo – relativamente sem impedimentos das fronteiras nacionais – dos elementos tidos como essenciais para a expansão da economia os quais o autor denominou como os “4 Is”: indústria, investimentos, indivíduos e informação.

É impossível pensar o desenvolvimento econômico e, em decorrência, a melhoria das condições de vida das populações através da ótica de um mundo (econômico) fechado, segundo o autor. Daí o papel estratégico desempenhado pelas economias regionais como “portas de entrada” dos “Estados-Nação” na economia global. Por muito tempo, defende ele, a guerra fria justificou a existência do poder nacional, mas com a queda do muro de Berlim, o aumento da importância do regional e do local materializou-se na expansão dos conflitos regionais.

Assim, continua Ohmae, o fortalecimento da autonomia regional e o aumento do volume de capital contribuíram para a redução do poder do governo central e, sendo assim, os governos nacionais seriam obrigados a “submeter-se” ao capital internacional em razão de sua dependência em relação ao desenvolvimento econômico, reforçando a idéia que a solução dos problemas entendidos como nacionais dependeria da dinâmica da economia global.

O autor pondera, ainda, que o sistema democrático atravessa uma crise no período recente. O correto funcionamento da democracia exigiria três condições básicas: o respeito mútuo, a confiança mútua e a informação transparente. A ausência dessas condições estaria levando as populações dos países democráticos a valorizar o princípio que Ohmae chamou de “garantir o meu o quanto antes”, em lugar da civilidade que caracterizava o período anterior. O resultado desse processo teria sido a consolidação de minorias privilegiadas no interior da máquina pública (nacional) que impediu a abertura das economias regionais para o mundo, pois o aumento da autonomia das regiões comprometeria o controle daquelas minorias sobre os excedentes econômicos gerados nas regiões dinâmicas.

A limitação dos governos nacionais estaria no fato de encarar as desigualdades regionais como um problema e não como uma oportunidade. A busca dos governos pelo “mínimo público” não estaria levando à melhoria das condições de vida do conjunto da população. Ao contrário, perseguindo tal objetivo, o Estado acabaria por comprometer o desenvolvimento das áreas mais dinâmicas do país na medida que transfere parte dos seus excedentes para as áreas com menor produtividade e, portanto, menos desenvolvidas.

Ao invés de disseminar os benefícios produzidos pelo crescimento econômico, a transferência de excedentes das áreas competitivas para as menos-competitivas acabaria servindo como instrumento de manutenção de privilégios de grupos incrustados no poder. A questão fundamental estaria, portanto, na maneira de “integrar” as regiões à economia global. A redistribuição regional do excedente econômico criaria vícios, desestimulando o engajamento das economias regionais atrasadas na economia global, e conseqüentemente, seu desenvolvimento econômico. Tomando como exemplo a Malásia, Ohmae sugere ser possível oferecer certo grau de autonomia para as regiões sem o abandono do controle das instâncias nacionais.

A autonomia econômica das regiões competitivas libertaria, enfim, as amarras que as prendem as áreas ineficientes (ou atrasadas economicamente), cuja sobrevivência dependeria dos subsídios oferecidos pelo governo nacional. O autor esclarece que tais mudanças requerem tempo para a sua efetivação e de um governo nacional estável para

conduzi-las, lembrando que o governo central da Malásia permaneceu 12 anos no poder e que isso foi fator fundamental para a consolidação dessas políticas.

O Estado-Nação deveria prover as condições necessárias para o desenvolvimento das economias regionais e, para tanto, requereria um governo federal forte. O desenvolvimento econômico de porções do país, além de contribuir para a economia nacional, libera os recursos públicos (federais) que eram utilizados nas áreas dinâmicas em favor das regiões pobres. Em suma, o governo federal deveria ser o catalisador das mudanças econômicas regionais.

Além de simplificar a problemática da dinâmica espacial a uma mera relação custo/oportunidade, os trabalhos com perfil pró-mercado tendem a reforçar o quadro de desigualdades (espaciais e sociais) e a colocar a dimensão social e política do fenômeno em segundo plano, atribuindo-lhes função exógena e indesejável. De forma a superar tais racionalizações, outros trabalhos, a partir da matriz marxista, buscaram aprofundar o entendimento da dinâmica capitalista e sua relação com a organização do espaço, tendo em vista as novas condições impostas pelas transformações econômicas mundiais.

Nesse sentido, Brandão (2001) sugere que o aprimoramento do arcabouço teórico que explica as relações entre capital e espaço deve ter como ponto de partida a articulação dos movimentos de homogeneização, integração e de polarização, além da introdução de um quarto elemento que seria o processo de criação de hegemonias entre os diferentes espaços.

No tocante a homogeneização, o autor mostra que nos estudos regionais tornou-se usual a adoção do critério de homogeneidade como instrumento de delimitação de espaços; no entanto, essa prática ao invés de agir no sentido de delimitar regiões tende a “desfazer” fronteiras, abrindo caminho para a valorização mais ampla do capital. Como alternativa, Brandão propõe que a ênfase da investigação espacial esteja voltada para a “homogeneização de relações”, isto é, que o foco da análise esteja no processo que leva à equalização de condições (físicas e humanas) que permitem a reprodução ampliada do capital.

Ao invés de se buscar similitudes entre estruturas de produção ou na paisagem em geral, a investigação dos processos homogeneização deve tomar como ponto de partida a acumulação de capital e todos seus desdobramentos associados: a imposição dos pressupostos do capital sobre os espaços, sua capacidade de incorporar e excluir massas humanas, seu poder de atração e de subordinação de todos os entes (sociais) à órbita do mercado, etc.

O espaço está sujeito aos interesses do capital que se apropria do território, do trabalho e do dinheiro para transformá-los em mercadoria. Mas o movimento de homogeneização não pode ser confundido com a idéia de nivelamento de desigualdades, pois o que está em jogo é a difusão da lógica de multiplicação do valor, continuamente renovada, na busca da destruição de fronteiras e de quaisquer obstáculos que impeçam o desenvolvimento do capital, movimento esse, que usualmente tem levado à reprodução ou à ampliação das desigualdades sociais e territoriais.

A homogeneização diz respeito, pois, a esse processo de construção dos “loci” e das regras das lutas concorrenciais, que busca engendrar um espaço unificado de valorização do capital e que define os espaços de mercado nos quais se desenvolverá a “coerção imposta” do processo de integração (BRANDÃO, 2001, p. 122).

A partir da “limpeza do terreno” promovida pela homogeneização através da eliminação das barreiras que impediam a reprodução do valor, abre-se a oportunidade para que o movimento de integração possa incorporar e definir o papel desempenhado pelos espaços conquistados no movimento global da dinâmica do capital. Longe do ambiente idílico propugnado pelo pensamento liberal, a integração dos territórios ocorre por meio da concorrência, gerando rupturas, transformações, conquistas, avanços e retrocessos que delimitam o papel exercido pelas diferentes frações do capital.

A integração é um processo ambíguo e irreversível que recondiciona as economias aderentes levando-as a adaptar suas estruturas produtivas aos interesses do capital em diferentes escalas. O alcance e as características do processo de integração presentes em cada espaço conquistado podem ser variados, ainda que em todos eles seja preponderante o vetor “centro dinâmico” => “periferia”. Tal movimento, no entanto, não impede a construção de complementaridades e de interdependências entre os diferentes espaços que tanto podem se transformar em potencialidades, como em vulnerabilidades para os territórios conquistados.

Com a consolidação do processo de integração torna-se praticamente impossível a formação, no âmbito de uma região isolada, de uma matriz produtiva densa e integrada, ou seja, regionalmente “completa”. Assim, resta aos espaços conquistados a inserção especializada e complementar nas cadeias produtivas constitutivas da “matriz produtiva nacional” comandada pelo “pólo dinâmico” da acumulação, enquadrando-se à hierarquia e às decisões que definirão o papel e o ritmo de crescimento de cada espaço.

Uma vez realizada a integração, a natureza e os limites do pólo dinâmico devem ser analisados. O movimento de polarização deriva da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista que gera estruturas de dominação fundadas na

assimetria e na irreversibilidade, que serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo e nos efeitos de aglomeração. Em suma, a polarização reflete os processos de concentração e de centralização do capital e suas repercussões no espaço.

Isso não significa, entretanto, que os pólos dinâmicos sejam imutáveis, pois o desenvolvimento do capital leva ao redesenho permanente da “configuração do espaço” construindo e “desconstruindo” escalas, pontos nodais e as próprias forças de polarização. Para Brandão, as relações entre as regiões dominantes e as subordinadas têm se transformado no período recente em razão do aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos e organizacionais que permitiram o avanço da seletividade geográfica do capital. Dessa forma, a noção de polarização não pode ser mais pensada em termos de “indústria motriz” e associada à idéia de distância.

O autor defende que a análise da matriz espacializada de investimentos ajuda a entender parte do processo, mas é insuficiente para avaliar a dominância exercida pelos controladores do grande capital sobre as áreas periféricas. Em outras palavras: “são a potência e a eficácia das forças centrípetas que permitem a ação das forças centrífugas” (BRANDÃO, 2001, p. 127).

É nesse contexto que se incorpora o quarto elemento conceitual (ao lado da homogeneização, da integração e da polarização), entendido como essencial por Brandão para a definição dos padrões de desenvolvimento espacial: “a hegemonia”. Através desse conceito, o autor busca apreender os processos assimétricos nos quais um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar ou negar o domínio de ação e o raio de manobra de outrem.

Para Brandão, a afirmação do poder de hegemonia que sujeitos específicos detém sobre o conjunto de áreas e em diferentes escalas ajudaria a iluminar questões como o esgarçamento dos pactos federativos, o uso de fundos públicos na reprodução de elites locais, a estrutura, as fissuras e as contradições nos blocos de poder, além de trazer novos elementos explicativos para as dificuldades de pactuação em países continentais e desiguais como o Brasil.

Em suma, a exceção dos modelos de inspiração liberal que serviram de contraponto à análise, nota-se que a idéia de “desenvolvimento desigual e combinado” é um elemento fundamental presente em todos os autores analisados e que ela ajuda a explicar o papel do espaço na dinâmica capitalista. Portanto, se é possível relacionar o espaço como elemento integrante da economia e atribuir-lhe “feições” que fazem parte da própria característica do sistema, não seria razoável considerar que esse raciocínio possa ser reproduzido para o mercado de trabalho? Essa é a tarefa proposta a seguir.

## DESIGUALDADE E MERCADO DE TRABALHO

A desigualdade está por toda a parte e, ao mesmo tempo, na essência do funcionamento do modo de produção capitalista, portanto não há razão para crer que a maneira como se estrutura e se desenvolve o mercado de trabalho escaparia desse processo quase inevitável de segmentação e desigualdade, notadamente no contexto de economias periféricas como a brasileira. A questão central não é avaliar a existência ou o nível de desigualdade do mercado de trabalho, mas entender quais são os mecanismos que promovem ou alimentam as desigualdades, e como isso afeta a demanda e a disponibilidade de mão-de-obra.

As interações existentes entre o comportamento do mercado de trabalho, as transformações na estrutura econômica e sua relação com a organização do espaço foram estudadas por diferentes autores, entre eles Milton Santos (1979). O autor parte do pressuposto que a definição do papel de cada região na divisão territorial do trabalho está vinculada ao processo de modernização. Em cada período histórico as regiões polarizadoras ou os centros de dispersão contam com energia potencial e capacidades de execução diferenciadas. A cada modernização as áreas dinâmicas tendem a desdobrar suas energias em direção às periféricas. “Dessa forma, a história da elaboração dos ‘espaços derivados’ é paralela à história das modernizações” (SANTOS, 1979, p. 25).

No processo de modernização, que é comandado pelo grande capital, duas variáveis são forjadas no centro do sistema e difundidas nos países periféricos: a informação e o consumo, sendo que a primeira está a serviço da última. A difusão da informação e de formas diferenciadas de consumo explica o comportamento da variável geográfica, aproximando a análise de Santos daquela proposta por Furtado<sup>14</sup>, pois ambos defendem que as mudanças nos hábitos de consumo foram acompanhadas por “deformações” na estrutura de consumo, o que gerou rebatimentos sobre as formas de produção e de comercialização das mercadorias no Brasil, tornando o país mais dependente da escala e das condições de produção definidas pelos progressos tecnológicos oriundos dos países centrais (SANTOS, 1979).

A estrutura produtiva passa a ser guiada pelas necessidades criadas pelas novas formas de consumo que são importadas das áreas dinâmicas. No entanto, o quadro de desigualdade crônico que caracteriza as áreas periféricas na quais as populações com baixa renda convivem ao lado de outras com rendas elevadas tende a gerar diferenças qualitativas e quantitativas de consumo que, por sua vez, estão na origem da criação de dois circuitos de produção, de distribuição e de consumo de bens e serviços.

Um desses circuitos, o “superior”, é produto direto da modernização tecnológica, pois é formado por atividades e pessoas criadas pela transposição das necessidades da modernização do centro para a periferia. O outro circuito, o “inferior”, é igualmente resultado da modernização; contudo, ele deriva de atividades e indivíduos que são apenas parcialmente beneficiados por aquele processo ou são dele excluídos.

Evidentemente, isso não significa que a atuação e o consumo de cada população estejam restritos ao seu respectivo circuito. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito a que pertencem, sendo que as classes médias tendem a fazê-lo em ambos os circuitos. Santos acredita que os trabalhadores diretamente ligados ao circuito inferior tendem a engajar sua força de trabalho nesse circuito, embora não esteja descartada a inserção dessa mão-de-obra em alguns interstícios do circuito moderno, principalmente naqueles nos quais as tecnologias utilizadas permitem a coexistência de empresas com diferentes aparatos tecnológicos. O que separa o circuito inferior do superior é o grau de organização e de tecnologia das atividades e das pessoas envolvidas em cada circuito. De um modo geral, o circuito superior utiliza tecnologia importada, de alto nível e capital-intensiva, enquanto no circuito inferior a tecnologia usada é trabalho-intensiva que, na maioria dos casos, é adaptada ou recriada de acordo com as necessidades imediatas do produtor/usuário (SANTOS, 1978).

Outra diferença importante entre os circuitos superior e inferior é a intensidade do relacionamento existente entre as atividades produtivas e o setor financeiro. As atividades ligadas ao circuito superior dispõem de acesso ao crédito e sua capacidade de alavancagem é mais elevada, pois são lastreadas por grandes grupos econômicos, não raro controladores de instituições financeiras. Isso permite a realização de negócios e a implantação de escalas de produção cujos patamares não são desprezíveis. Com características nitidamente diferentes, a carência de crédito típica das atividades do circuito inferior restringe sua capacidade de crescimento, tanto em termos monetários, quanto no que se refere à produção.

Santos esclarece que a adoção da palavra “circuito” foi utilizada para distanciar seu trabalho das elaborações de cunho dualista, pois reforça a condição de dependência do circuito inferior em relação ao superior. Cada circuito não é definido apenas por um conjunto de atividades com características diferenciadas, mas, principalmente, por atividades realizadas em determinados contextos específicos e que estão ligadas a parcelas específicas da população.

As análises dualistas captam apenas parte da realidade social e estão geralmente focadas na produção. Assim, o que se obtém dos esquemas dualistas nada

mais é do que “formas de produção com idades tecnológicas diferentes”, assim sendo, deixa de levar em conta outras dimensões importantes para o entendimento do conjunto da economia como as condições de distribuição e de consumo, além dos elementos históricos que pesaram naquela formação.

No esquema de Santos, os dois circuitos compartilham da mesma origem e do mesmo conjunto de causas, além de serem interligados. Contudo, a despeito dessa relação, é preciso enfatizar a posição subalterna ocupada pelo circuito inferior frente ao superior:

Da mesma maneira que no conjunto de um país, a oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas, a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos de “modernização tecnológica” (SANTOS, 1979, p. 43).

Resumindo, o processo de modernização está na origem do surgimento de circuitos diferentes (porém, ligados) de produção, de distribuição e de consumo que contribuem para a criação de espaços de expansão da oferta de postos de trabalho cujos requisitos são diferenciados. Cada circuito abrange um conjunto de atividades com características tecno-organizacionais que exige uma composição diferenciada de mão-de-obra, o que ajuda a explicar o processo de segmentação do mercado de trabalho.

A idéia que o mercado de trabalho é essencialmente heterogêneo não é novidade. A tradição liberal, consubstanciada na “Teoria do Capital Humano”, busca explicar a dispersão dos rendimentos do trabalho como resultado direto da “qualidade” da mão-de-obra e, conseqüentemente, dos rebatimentos dessas diferenças sobre o nível de produtividade do trabalho. Por este raciocínio, o preço do trabalho, ou seja, o salário, resulta diretamente das pressões exercidas pela “oferta” e pela “demanda” por habilidades ou qualificações específicas, sendo que o preço do trabalho das pessoas dotadas de atributos com maior grau de escassez tenderia, naturalmente, a “custar” mais caro que o das pessoas não-qualificadas. Portanto, o nível salarial e, em certa medida, a capacidade de ocupar um posto de trabalho dependeria das decisões individuais racionais de aperfeiçoamento frente aos custos e retornos esperados. Em suma, a forma e a capacidade de inserção do indivíduo no mercado de trabalho decorreria do esforço individual de aperfeiçoamento pessoal.

Nesse trabalho, o conceito de segmentação do mercado de trabalho toma emprestada a contribuição de Baltar (1985). O autor entende o referido mercado não como um espaço harmônico no qual haveria oportunidades de ascensão (em termos de renda e de condições de trabalho) igualmente distribuídas entre seus participantes, bastando, para tal,

que cada indivíduo tome a iniciativa de preparar-se adequadamente para cumprir as exigências da demanda por trabalho.

A posição defendida pelo autor, francamente em oposição à proposta liberal, parte da constatação de dois importantes pontos de atrito. O primeiro e mais importante deles é o fato das oportunidades de emprego serem geradas pelo capital independentemente da disponibilidade de características presentes na mão-de-obra. Além disso, cumpre ter mente que o desenvolvimento tecnológico transforma e fragmenta as tarefas exercidas pelos trabalhadores com periodicidade cada vez mais estreita. Tal movimento torna virtualmente impossível formar indivíduos com habilitações estritamente vinculadas ao posto de trabalho, levando a constatação que parte importante dos conhecimentos necessários para a execução das tarefas é obtida durante o processo de trabalho:

[...] a abordagem convencional e, em particular, a teoria do capital humano, inverte o sentido real do ajustamento do trabalhador aos cargos pois, indica, é o trabalhador que se ajusta aos postos de trabalho e não estes que se adaptam em função das características pessoais do trabalhador (BALTAR, 1985, p. 132).

Se as oportunidades de trabalho são definidas à revelia das características pessoais dos indivíduos (que, no máximo, pode privilegiar o acesso de alguns em detrimento de outros às vagas disponíveis) e se boa parte da qualificação exigida pelo posto de trabalho é adquirida no exercício da função, o mercado de trabalho pode ser entendido, então, como um mecanismo de ajuste de trabalhadores treináveis a postos de trabalho específicos.

A abordagem do mercado de trabalho proposta por Baltar privilegia a questão do ajustamento dos indivíduos frente às oportunidades de trabalho. A heterogeneidade (e, conseqüentemente, a segmentação) do mercado de trabalho estaria assentada na união de pessoas com características pessoais singulares ligadas a postos de trabalho específicos, o que define, em última instância, a mobilidade dos indivíduos entre os “diferentes segmentos” do mercado de trabalho.

Desde esta perspectiva, as correntes de mobilidade descrevem o processo de aprendizado e de ajustamento dos indivíduos às peculiaridades dos postos de trabalho. A rigor, cada corrente de mobilidade constituiria um segmento do mercado de trabalho, havendo maior ou menor dificuldade para o transito dos indivíduos entre elas (BALTAR, 1985, p. 134).

Entretanto, nem todos estariam inseridos entre as diferentes correntes de mobilidade presentes no mercado de trabalho. Parte dos trabalhadores atuaria em segmentos não-estruturados, cujo progresso individual em termos de renda e de condições

de trabalho seria caracterizado por movimentos aleatórios, tornando impossível a identificação de uma lógica de avanço profissional que, na maioria dos casos, apresenta horizontes restritos. Esses últimos integrariam o que o autor chamou de “segmento secundário” do mercado de trabalho, enquanto os pertencentes ao “segmento primário” estariam inseridos em correntes de mobilidade razoavelmente definidas, permitindo-lhes o acúmulo de experiência profissional que contribui (embora não garanta) para a consolidação de uma trajetória ocupacional ascendente ou, pelo menos, regular.

Enquanto no segmento primário seria possível identificar e isolar correntes distintas de mobilidade, algo como um subsegmento do mercado de trabalho, no segmento secundário tal procedimento seria impossível uma vez tratar-se de um resíduo do mercado de trabalho que reuniria os trabalhadores que, por diferentes razões, não puderam ser incorporados em alguma das correntes presentes no segmento primário.

Tal entendimento aproxima as propostas defendidas por Baltar das de Santos. As pessoas inseridas no segmento primário atuam nas atividades cujo grau de estruturação é mais elevado, enquanto no mercado secundário estariam os indivíduos vinculados às atividades não-estruturadas, ainda que haja alguma capilaridade entre estes segmentos. Esse raciocínio apresenta características semelhantes à idéia de circuitos que foi tratada por Milton Santos, embora a análise de Baltar seja restrita ao âmbito da organização da força de trabalho.

Na proposta de Baltar está implícita a idéia que as possibilidades de ascensão profissional e de barganha salarial são maiores entre os indivíduos atuantes no segmento primário, uma vez que a própria característica desses postos de trabalho minimizaria os efeitos danosos da rotatividade, reforçando o processo de aprendizado e o acesso a uma maior qualificação, ampliando a lacuna frente aos participantes do mercado secundário. No entanto, cumpre ponderar que o trabalho do autor foi escrito no início dos anos 1980, quando o baixo crescimento econômico no Brasil não havia se traduzido plenamente no esforço de racionalização das formas de organização do trabalho, movimento que resultou, entre outras ações, na eliminação de tarefas intermediárias e na conseqüente intensificação da exploração do trabalho<sup>15</sup>.

O importante a reter é que as transformações na estrutura econômica<sup>16</sup>, ao responderem pelo delineamento dos contornos e pela distribuição das oportunidades de trabalho, são as principais responsáveis pela segmentação do mercado de trabalho. Além disso, é possível admitir que a estrutura econômica também seja responsável por pelo menos parte da disponibilidade de mão-de-obra, uma vez que uma fração dos indivíduos ligados a correntes específicas de mobilidade se encontra nessa condição em razão do

processo de treinamento a que foram submetidos no exercício de suas atividades no posto de trabalho.

Isso implica que nem todos os trabalhadores têm a oportunidade disputar vagas de trabalho em segmentos diferenciados, da mesma forma que os capitalistas que buscam indivíduos para correntes de mobilidade específicas não vão oferecer propostas de trabalho para a totalidade dos trabalhadores. A segmentação do mercado de trabalho também implica em restrições no âmbito das disputas pelo emprego e pela mão-de-obra.

A partir de uma abordagem variante àquela proposta por Baltar, Souza (1999) busca explicar os determinantes dos salários em economias atrasadas. Ambos os trabalhos compartilham a convicção da existência de segmentos diferenciados, porém dependentes no mercado de trabalho. Por isso, refutam o entendimento liberal que atribui a determinação dos salários ao leilão entre oferta e demanda de habilidades e de indivíduos no âmbito do mercado de trabalho.

O trabalho de Souza, entretanto, sugere uma distinção mais acentuada entre os diferentes segmentos do mercado trabalho quando comparado à proposta de Baltar. Inspirado nos trabalhos de Nun (2000), Souza estabelece o “Exército Industrial de Reserva” como sendo uma fração da “superpopulação relativa”. Assim, o primeiro contingente seria formado por assalariados inseridos no mercado de trabalho por meio de “formas tipicamente capitalistas” acrescido das pessoas que estariam procurando emprego. Já os ocupados em formas não tipicamente capitalistas representariam uma franja entre o exército de reserva e a superpopulação relativa (SOUZA, 1999).

O conjunto de “não-proletários” seria formado por pessoas que não conseguiram se engajar no exército de reserva (seja como assalariados ou desempregados) e por indivíduos que não foram totalmente expropriados de seus meios de produção, pois mantiveram seus “instrumentos de trabalho”, ainda que precários (como, por exemplo, o tabuleiro do vendedor ambulante), sobrevivendo por meio deles em meio às atividades não-tipicamente capitalistas.

Embora essas pequenas atividades não sejam capazes de imprimir dinamismo ao capitalismo, tendem a ocupar os interstícios deixados pelo movimento acachapante impresso pelo grande capital. Assim, o núcleo capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não-tipicamente capitalista, daí a idéia de que os espaços da pequena produção são determinados pela dinâmica do capital. O mercado dos pequenos produtores não tem condições de crescimento autônomo, pois na medida que se expandem são

“engolidos” pelos grandes capitalistas. Embora apresentem algum grau de independência, a margem de expansão do mercado dos primeiros é definida pelos últimos.

As convergências nas análises de Baltar, de Souza e de Santos são evidentes. Cabe ponderar, entretanto, que a acentuação de alguns pontos no modelo de Souza, ainda que não comprometa o conjunto de sua contribuição, restringe a amplitude da interpretação do fenômeno, como pode ser observado no trecho abaixo:

À medida que o processo de acumulação de capital se desenvolve, juntamente com a crescente participação das empresas capitalistas no “espaço econômico”, vai aumentando sua gravitação no emprego total. A mão-de-obra, que estava anteriormente ocupada nas formas não tipicamente capitalistas de produção, vai sendo liberada de suas funções, dada a destruição de seu mercado pela penetração capitalista, necessitando, portanto, buscar outro meio de subsistência. Se for possível reproduzir a pequena produção em outra área ou outra atividade urbana ou rural, a mão-de-obra deslocada pela penetração capitalista procurará recriar seu modo de vida anterior. Muitas vezes esta reprodução não é possível (ao menos de imediato), seja porque o processo de destruição da pequena produção chegou ao extremo da expropriação dos meios de produção, seja porque faltam os conhecimentos suficientes para a mudança de uma atividade a outra. Em tais casos, a destruição da pequena produção significa, imediatamente, a proletarização desta mão-de-obra que deve assalariar-se para ganhar sua subsistência [...] algumas vezes, em consequência do alto ritmo de crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana o ritmo da oferta de mão-de-obra é tão acelerado, que o núcleo capitalista não necessita manter empregado o “estoque” acumulado de todas as pessoas que sofreram a proletarização [...] nesses casos, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista (SOUZA, 1999, p. 90).

Não há dúvidas que os capitalistas são protagonistas relevantes nas transformações econômicas, bem como nos rebatimentos junto aos demais atores sociais. No entanto, a análise de Souza enfatiza um movimento quase unidirecional, deixando uma margem estreita para discutir que o movimento do capital abre caminho para o surgimento de “novos mercados” que não são imediatamente incorporados pelo grande capital, ou seja, trata-se dos interstícios nos quais o circuito inferior é integrado ao superior de acordo com a visão de Milton Santos.

A destruição do mercado da pequena produção, portanto, não implica necessariamente na expulsão ou na proletarização imediata e irremediável das pessoas anteriormente inseridas numa determinada área ou atividade econômica. O avanço do capital certamente exigirá a adaptação dos indivíduos frente às limitações ou oportunidades surgidas no bojo do novo contexto econômico. A transformação do pequeno produtor em proletário nem sempre é possível ou é por ele desejado. Esses movimentos ocorrem de forma simultânea e apresentam direções e intensidades que variam de acordo com o ritmo e as características das mudanças econômicas, o perfil das populações atingidas e os

arranjos políticos envolvidos, sendo quase impossível estabelecer um padrão de geral de movimento.

Os trabalhos de Baltar, Souza e os de Santos mostram que o avanço do capital ao destruir as relações de trabalho e elevar o contingente de mão-de-obra disponível para a exploração cria novas e diferentes oportunidades de trabalho que nem sempre estão inseridas nas atividades organizadas ou “tipicamente capitalistas”, embora dependam e se alimentem dos desígnios do capital.

Esse entendimento do funcionamento do mercado de trabalho pode ser diretamente associado às noções de desenvolvimento capitalista tratadas anteriormente sob a ótica setorial e espacial. Isto porque todas as interpretações compartilham dos mesmos elementos estruturais, ou seja, a desigualdade e a combinação de situações distintas. Portanto, não seria incorreto afirmar que a desigualdade e a heterogeneidade comporiam faces opostas de uma moeda que contrapõe a dinâmica da economia à do mercado de trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A desigualdade integra a essência do capitalismo e os elementos que explicam a sua disseminação (ou manutenção) estão contidos na divisão social do trabalho. Na medida que o avanço capitalista exigiu e intensificou a fragmentação das tarefas foram criadas as condições necessárias para o surgimento de novas atividades econômicas, cujo ritmo de crescimento e temporalidade da rotação do capital não mais encontrariam paralelo com as atividades econômicas originais.

A divisão social do trabalho, portanto, está na origem das assimetrias que são observadas nas dimensões setorial e espacial da economia, bem como no mercado de trabalho. Se o ritmo de expansão dos diferentes setores que compõem a estrutura econômica não é homogêneo, a forma como esses setores incorporam novos espaços também não será a mesma. Assim, o crescimento desigual das atividades econômicas no espaço exigirá um contingente de mão-de-obra compatível com suas necessidades, não apenas em termos quantitativos, mas, também, no que tange aos atributos pessoais dos trabalhadores. Em alguns lugares e momentos específicos do tempo, alguns indivíduos serão aproveitados e outros não.

Isso não significa que a desigualdade gerada pela dinâmica capitalista implicará na total segregação de atividades e de pessoas. A tese da oposição entre o “atrasado” e o “moderno”, base das teorias dualistas, foi objeto de intensas críticas de teóricos brasileiros e

latino-americanos. O crescimento da economia cria desigualdades ao mesmo tempo em que são geradas dependências, daí a razão para o uso da expressão “desenvolvimento desigual e combinado”. Ainda que o conjunto de atores e de atividades econômicas esteja entrelaçado, não se pode perder de vista que a condição de dependência é unidirecional, ou seja, os setores dinâmicos determinarão o ritmo e as possibilidades de crescimento das atividades com menor capacidade de concorrência.

Esses princípios norteiam a economia seja qual for a dimensão analisada. A dinâmica do mercado de trabalho não poderia ser diferente. Do ponto de vista da demanda por trabalho, o aumento das oportunidades usualmente observado nos momentos de expansão da economia quase sempre é acompanhado pelo aprimoramento das técnicas de extração de mais-valia. Nos períodos com maior instabilidade econômica, o crescimento da produção pode ocorrer ao lado da redução dos postos de trabalho. Em outras palavras, a criação de novas oportunidades de trabalho acontece ao lado da destruição de vagas e seus condicionantes abarcam amplo conjunto de fatores, inclusive os políticos e sociais que freqüentemente “escapam” dos modelos da economia liberal.

A situação não é diferente sob a ótica da disponibilidade de trabalho; ao contrário, ela parece ser ainda mais complexa: tomando apenas de mobilidade espacial<sup>17</sup> é fácil observar uma miríade de tempos, direções e intensidades que pode ser assumida pelos trabalhadores. O entrelaçamento dos setores econômicos torna mais tênue a fronteira que separa os espaços, sendo a polêmica “rural *versus* urbano” um exemplo típico desse tipo de dificuldade.

É preciso ter em mente, entretanto, que todos os elementos estudados são caracterizados por uma multiplicidade de movimentos que os torna parte da essência da dinâmica capitalista. Ora, se os fundamentos do capitalismo estão lastreados na idéia de desenvolvimento desigual e combinado, porque o mercado de trabalho apresentaria uma dinâmica diferente?

Portanto, é possível afirmar que o mercado de trabalho, estando integrado ao modo de produção capitalista, não teria natureza diferente daquela que define o capital. Isso significa que o desenho de políticas públicas, notadamente no que tange a questão de geração de empregos, deve levar em conta esses processos gerais de funcionamento da economia para que medidas de redução das desigualdades sociais e espaciais possam ser efetivamente alcançadas. Em termos específicos das políticas de emprego, cumpre lembrar que a dinâmica econômica não alcança de maneira homogênea os diferentes espaços, sobretudo tendo em vista as disparidades presentes no território brasileiro, por isso, ações

abrangentes de redução dos níveis de desemprego requerem o conhecimento das singularidades da posição de cada região (ou cidade) na divisão territorial do trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. Brasil nos anos 90: Opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Ano 1, n. 2, ANPUR, Recife, 2000.
- BALTAR, P. E. A. **Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica**. 1985. 358 p. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1985.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na Europa do século XXI**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- BRANDÃO, C. A. A Espacialidade da Riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. **Cadernos IPPUR**, ano 15, n. 1, jan-jul/2001.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930–1995**. Campinas, 2. ed., Unicamp/IE, 1998.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1985.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Fondo de Cultura Económica, México, 1990.
- LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX, K. **O Capital**. Livro 1, Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- NATAL, J. L. **Hegemonia norte-americana e mudanças espaciais no Brasil**. 2001 (mimeo)
- OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Cebrap/Vozes, 1981.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- ROSTOW, W. W. **As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista**. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. Recife: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1979.
- SOUZA, P. R. C. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Campinas: Unicamp, 1999.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Más Allá del Estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. **El trimestre económico**, v. 23, n. 152, Cid hade do México, Fondo de Cultura Económica, 1971.
- TAVARES, M. C. Império, Território e Dinheiro. *In*: FIORI, J. L. (Org.) **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- TAVARES, M. C. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. *In*: TAVARES, M. C; FIORI, J.L. (Orgs.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

## NOTAS

<sup>3</sup> A crítica de Lênin volta-se, sobretudo, aos trabalhos desenvolvidos por V. P. Vorontsov (1847-1918) e N. F. Danielson (1844-1918), ideólogos do chamado populismo liberal que vigorou nos últimos vinte anos do século XIX (LÊNIN, 1988, p. 5).

<sup>4</sup> Tavares, M. C. e Serra, J. Más Allá del Estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. **El trimestre económico**, v. 33, n. 152, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1971.

<sup>5</sup> A literatura econômica oferece um amplo acervo trabalho de diferentes autores que discutiram a dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil. A escolha dos estudos de Tavares, Serra e de Furtado justificam-se na medida que os primeiros utilizaram explicitamente o conceito de “desenvolvimento capitalista desigual e combinado” para contrapor as idéias do último. Tal opção, entretanto, não invalida as interpretações realizadas por outros autores, cujos trabalhos, ainda que essenciais para o entendimento da economia brasileira, não atendem aos objetivos dessa pesquisa que busca explicitar os mecanismos geradores de desigualdade e seus desdobramentos sobre a formação e funcionamento do mercado de trabalho.

<sup>6</sup> Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista *in*: BIANCHI, A. **América Latina: ensayos de interpretación económica**. Santiago: Universitaria, 1969.

<sup>7</sup> Ainda que a autora identifique a noção de globalização como resultante da intensificação dos fluxos comerciais entre os países e da atuação dos conglomerados econômicos, cumpre alertar que tal interpretação não encontra consenso na literatura. Entretanto, a despeito da polêmica em torno do real significado do termo “globalização”, para os objetivos desse trabalho, o importante a reter é que as modificações na dinâmica econômica mundial não podem ser entendidas sem o estudo aprofundado da expansão (espacial, inclusive) e do funcionamento do mercado financeiro mundial, pois parte importante das políticas macroeconômicas (tanto nos países ricos, como nos pobres) são orientadas de forma a condicionar os fluxos internacionais de recursos retidos (ou especulados) nesse setor.

<sup>8</sup> Uma análise ampla sobre a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista pode ser obtida nos trabalhos de Coraggio (1988), Gottdiener (1985) e Furió (1996).

<sup>9</sup> Em Marx, o lucro dos capitalistas é derivado da taxa de mais-valia extraída do fator trabalho. Na medida que aumenta a proporção de capital fixo (no qual a mais-valia de outros setores está materializada), diminui a de capital variável (mão-de-obra) e, com isso, a possibilidade de extração de nova mais-valia (O Capital, livro I).

<sup>10</sup> Ou seja, a transformação efetiva de mercadorias em dinheiro no ciclo de reprodução ampliada do capital (O Capital, livro I).

<sup>11</sup> Pois, a acumulação capitalista ocorre em períodos e em setores diferenciados, daí o surgimento de espaços com níveis de desenvolvimento diversos (HARVEY, 1990).

<sup>12</sup> Para uma discussão abrangente sobre mercado financeiro ver Hilferding (1963).

<sup>13</sup> Nos distritos de Marshall, as vantagens econômicas se encontram na possibilidade de expansão da escala de produção através da união e coordenação dos esforços de unidades industriais menores. O conjunto estruturado destas empresas altamente especializadas, concentradas em determinado território, se aproveita das economias externas locais, dando maior poder de competitividade para o agregado como um todo.

<sup>14</sup> O modelo de Furtado foi descrito no início deste trabalho. Mais detalhes podem ser obtidos na bibliografia indicada na nota nº 3.

<sup>15</sup> Salama (1999) chega a sugerir que os desafios impostos pela financeirização das empresas levou-as adotar técnicas de extração de mais-valia semelhantes àquelas utilizadas nos primórdios do capitalismo.

<sup>16</sup> As conclusões de Baltar sobre a formação e a dinâmica dos segmentos do mercado de trabalho estão apoiadas na análise do setor industrial. Entretanto, à custa de alguma simplificação, é possível admitir a existência de padrões semelhantes de comportamento nos demais setores econômicos.

<sup>17</sup> Ou seja, sem considerar os movimentos de pessoas entre os setores da atividade econômica.